



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 295, DE 2016

(Do Sr. Roberto de Lucena e outros)

"Altera o artigo 39 da Constituição Federal, para determinar o congelamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, do aumento dos subsídios dos detentores de mandato eletivo nas três esferas de governo".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-207/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O art. 39 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 39 -----

§ 9º. Fica congelado pelo prazo de 5 (cinco) anos o aumento dos subsídios dos detentores de mandato eletivo nas três esferas de governo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei que ora apresento tem por finalidade contribuir para o necessário e urgente ajuste fiscal das contas públicas, com reflexos positivos nas contas dos governadores e prefeitos.

O país vive em um ambiente de crise profunda e aguda, que não mostra a curto prazo expectativa de que seja dissipada. Um alto preço já está sendo pago e ao que tudo indica aumentará ainda mais, e, normalmente, a maior fatia é paga pela sociedade, com alta da taxa de juros, aumento do desemprego, aumento da inflação, alta do dólar, criação e aumento de impostos, dentre outras consequências e sazonalidades.

A classe política deve demonstrar que está comprometida com o Brasil, liderando o processo de transição da crise, sendo a primeira a sinalizar o seu compromisso com a recuperação econômica e social.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), divulgou em 2014 um estudo que mostra o impacto que o aumento do subsídio dos deputados federais e senadores ocasiona aos demais agentes políticos da esfera municipal, devido ao efeito cascata.

De acordo com o estudo, isso ocorre também porque a Constituição Federal estabelece que os subsídios dos vereadores estão vinculados aos subsídios dos deputados estaduais em percentuais que sofrem variação de acordo com o tamanho da população do Município. O texto constitucional também prevê que o subsídio dos deputados estaduais seja fixado em no máximo 75% do fixado em espécie para os deputados federais.

Nesse momento delicado da nossa economia, onde as contas públicas apresentam elevado déficit, a aprovação dos aumentos salariais não se justifica. Ainda que o aumento salarial aprovado em 2014 tenha apenas compensado a desvalorização relativa à inflação nos últimos quatro anos, o impacto na folha de pagamentos do Congresso foi de 93 milhões, por ano.

Diante da possibilidade de se conceder novos aumentos, em função da vinculação aos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), precisamos fazer a nossa parte para que isso não ocorra. O que dizer para a sociedade? Como explicar neste momento de crise, um eventual aumento dos subsídios dos agentes políticos?

Peço o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 2016.

Deputado ROBERTO DE LUCENA (PV/SP)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0295/2016

Autor da Proposição: ROBERTO DE LUCENA E OUTROS

Data de Apresentação: 08/12/2016

Ementa: Altera o artigo 39 da Constituição Federal, para determinar o congelamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, do aumento dos subsídios dos detentores de mandato eletivo nas três esferas de governo.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	175
Não Conferem	002
Fora do Exercício	004
Repetidas	056
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	237

Confirmadas

1	ADEMIR CAMILO	PTN	MG
2	AELTON FREITAS	PR	MG
3	ALAN RICK	PRB	AC
4	ALBERTO FILHO	PMDB	MA
5	ALBERTO FRAGA	DEM	DF
6	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
7	ALFREDO KAEFER	PSL	PR
8	ALIEL MACHADO	REDE	PR
9	ALTINEU CÔRTEZ	PMDB	RJ
10	ANDRÉ ABDON	PP	AP
11	ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
12	ARNON BEZERRA	PTB	CE
13	ARTHUR LIRA	PP	AL
14	ÁTILA LINS	PSD	AM
15	ÁTILA LIRA	PSB	PI
16	BEBETO	PSB	BA
17	BETO ROSADO	PP	RN
18	BILAC PINTO	PR	MG
19	BRUNNY	PR	MG
20	BRUNO COVAS	PSDB	SP
21	CABO DACIOLO	PTdoB	RJ
22	CABUÇU BORGES	PMDB	AP
23	CACÁ LEÃO	PP	BA

24	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP
25	CARLOS ANDRADE	PHS	RR
26	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PTN	TO
27	CARMEN ZANOTTO	PPS	SC
28	CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO
29	CELSO JACOB	PMDB	RJ
30	CELSO MALDANER	PMDB	SC
31	CÉSAR HALUM	PRB	TO
32	CHICO LOPES	PCdoB	CE
33	CLEBER VERDE	PRB	MA
34	COVATTI FILHO	PP	RS
35	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB
36	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
37	DANIEL VILELA	PMDB	GO
38	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
39	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA
40	DELEGADO EDSON MOREIRA	PR	MG
41	DILCEU SPERAFICO	PP	PR
42	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
43	DR. JORGE SILVA	PHS	ES
44	DR. SINVAL MALHEIROS	PTN	SP
45	DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP
46	EDINHO BEZ	PMDB	SC
47	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
48	EDUARDO DA FONTE	PP	PE
49	ELIZIANE GAMA	PPS	MA
50	ERIKA KOKAY	PT	DF
51	ERIVELTON SANTANA	PEN	BA
52	EROS BIONDINI	PROS	MG
53	EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES
54	EVANDRO GUSSI	PV	SP
55	EVANDRO ROMAN	PSD	PR
56	EXPEDITO NETTO	PSD	RO
57	EZEQUIEL FONSECA	PP	MT
58	EZEQUIEL TEIXEIRA	PTN	RJ
59	FÁBIO FARIA	PSD	RN
60	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE
61	FÁBIO SOUSA	PSDB	GO
62	FAUSTO PINATO	PP	SP
63	FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
64	FERNANDO JORDÃO	PMDB	RJ
65	FRANCISCO CHAPADINHA	PTN	PA
66	FRANCISCO FLORIANO	DEM	RJ
67	GABRIEL GUIMARÃES	PT	MG
68	GEORGE HILTON	PROS	MG
69	GIUSEPPE VECCI	PSDB	GO
70	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
71	GOULART	PSD	SP
72	HEITOR SCHUCH	PSB	RS

73	HILDO ROCHA	PMDB	MA
74	IRMÃO LAZARO	PSC	BA
75	JAIME MARTINS	PSD	MG
76	JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS
77	JHONATAN DE JESUS	PRB	RR
78	JOÃO DERLY	REDE	RS
79	JOÃO MARCELO SOUZA	PMDB	MA
80	JOÃO RODRIGUES	PSD	SC
81	JONES MARTINS	PMDB	RS
82	JONY MARCOS	PRB	SE
83	JORGINHO MELLO	PR	SC
84	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS
85	JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	RS
86	JOSE STÉDILE	PSB	RS
87	JOSI NUNES	PMDB	TO
88	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
89	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
90	JÚLIO CESAR	PSD	PI
91	JUNIOR MARRECA	PEN	MA
92	LAERTE BESSA	PR	DF
93	LEANDRE	PV	PR
94	LELO COIMBRA	PMDB	ES
95	LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
96	LINCOLN PORTELA	PRB	MG
97	LINDOMAR GARÇON	PRB	RO
98	LUCAS VERGILIO	SD	GO
99	LUCIO MOSQUINI	PMDB	RO
100	LUIZ CARLOS RAMOS	PTN	RJ
101	LUIZ NISHIMORI	PR	PR
102	MAIA FILHO	PP	PI
103	MAJOR OLIMPIO	SD	SP
104	MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PR	MG
105	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
106	MARCELO SQUASSONI	PRB	SP
107	MARCIO ALVINO	PR	SP
108	MARCOS ROTTA	PMDB	AM
109	MARCUS VICENTE	PP	ES
110	MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS
111	MARIA HELENA	PSB	RR
112	MARIANA CARVALHO	PSDB	RO
113	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
114	MÁRIO NEGROMONTE JR.	PP	BA
115	MARQUINHO MENDES	PMDB	RJ
116	MAURO PEREIRA	PMDB	RS
117	MAX FILHO	PSDB	ES
118	MILTON MONTI	PR	SP
119	MOEMA GRAMACHO	PT	BA
120	MOSES RODRIGUES	PMDB	CE
121	NILSON PINTO	PSDB	PA

122	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
123	ORLANDO SILVA	PCdoB	SP
124	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
125	PADRE JOÃO	PT	MG
126	PAES LANDIM	PTB	PI
127	PASTOR EURICO	PHS	PE
128	PAULO FEIJÓ	PR	RJ
129	PAULO FREIRE	PR	SP
130	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
131	PEPE VARGAS	PT	RS
132	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
133	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
134	RENATA ABREU	PTN	SP
135	RENATO MOLLING	PP	RS
136	RENZO BRAZ	PP	MG
137	ROBERTO ALVES	PRB	SP
138	ROBERTO BALESTRA	PP	GO
139	ROBERTO BRITTO	PP	BA
140	ROBERTO DE LUCENA	PV	SP
141	ROBERTO GÓES	PDT	AP
142	ROBERTO SALES	PRB	RJ
143	ROCHA	PSDB	AC
144	RODRIGO MARTINS	PSB	PI
145	ROGÉRIO ROSSO	PSD	DF
146	RONALDO FONSECA	PROS	DF
147	RÔNEY NEMER	PP	DF
148	RUBENS OTONI	PT	GO
149	SÉRGIO MORAES	PTB	RS
150	SERGIO VIDIGAL	PDT	ES
151	SEVERINO NINHO	PSB	PE
152	SILAS FREIRE	PR	PI
153	SILVIO TORRES	PSDB	SP
154	SORAYA SANTOS	PMDB	RJ
155	SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	RJ
156	STEFANO AGUIAR	PSD	MG
157	SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG
158	TAKAYAMA	PSC	PR
159	THIAGO PEIXOTO	PSD	GO
160	TIA ERON	PRB	BA
161	TIRIRICA	PR	SP
162	TONINHO PINHEIRO	PP	MG
163	TONINHO WANDSCHEER	PROS	PR
164	ULDURICO JUNIOR	PV	BA
165	VICENTINHO	PT	SP
166	VICTOR MENDES	PSD	MA
167	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
168	WALNEY ROCHA	PEN	RJ
169	WALTER ALVES	PMDB	RN
170	WASHINGTON REIS	PMDB	RJ

171 WELLINGTON ROBERTO	PR	PB
172 WILSON FILHO	PTB	PB
173 ZÉ GERALDO	PT	PA
174 ZÉ SILVA	SD	MG
175 ZENAIDE MAIA	PR	RN

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

.....

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

.....

Seção II
Dos Servidores Públicos
[\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. *[\(Vide ADIN nº 2.135-4\)](#)*

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos. *[\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)*

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. *[\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)*

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)](#)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: [\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)](#)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)](#)

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015\)](#)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. [*\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)*](#)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005\)*](#)

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: [*\(“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)*](#)

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou [*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)*](#)

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente

a este limite, caso em atividade na data do óbito. [*\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)*](#)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)*](#)

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998\)*](#)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)*](#)

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da

publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003)

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, *a*, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003)

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003)

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

.....

FIM DO DOCUMENTO
